

25/03/2004

TRIBUNAL PLENO

MANDADO DE SEGURANÇA 24.421-6 DISTRITO FEDERAL

RELATOR ORIGINÁRIO : MIN. MARCO AURÉLIO
RELATORA PARA O : MIN. ELLEN GRACIE
ACÓRDÃO
IMPETRANTE(S) : TRANSEICH ASSESSORIA E
TRANSPORTES LTDA
ADVOGADO(A/S) : CRISTIANE ROMANO E OUTRO(A/S)
IMPETRADO(A/S) : PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS
DA UNIÃO

MANDADO DE SEGURANÇA. TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO. CONTROLE DE LEGALIDADE DOS ATOS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA. DECLARAÇÃO DE NULIDADE, EMITIDA PELA SUPERINTENDÊNCIA DA RECEITA FEDERAL, DE PROCEDIMENTO LICITATÓRIO EM CURSO. ATO ADMINISTRATIVO MERAMENTE RATIFICADO PELA CORTE DE CONTAS DA UNIÃO. INOCUIDADE DA OBTENÇÃO, NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, DE PROVIMENTO MANDAMENTAL VOLTADO CONTRA ATO QUE, TÃO-SOMENTE, CONFIRMOU A NULIDADE JÁ ANTERIORMENTE DECRETADA PELA ADMINISTRAÇÃO.

1. A atuação do Tribunal de Contas da União limitou-se à fiscalização de acompanhamento de um procedimento licitatório que já havia sido nulificado pelas autoridades fazendárias. Em outras palavras, o ato do órgão impetrado tão somente ratificou declaração de nulidade previamente emitida.

2. Ainda que se eliminasse o ato do Tribunal de Contas da União, permaneceria incólume a decretação de nulidade proferida pela unidade gestora e chancelada pela Secretaria da Receita Federal.

3. Inaceitável, sob pena de descaracterização da natureza instrumental do processo, a provocação da atividade jurisdicional do Estado que deságüe num provimento inútil, vazio de qualquer consequência prática.

4. Entendimento corroborado pela constatação da existência de ação ordinária em trâmite na Justiça Federal no Estado do Rio Grande do Sul, também promovida pela impetrante, na qual ataca o ato de anulação que interrompeu o procedimento licitatório.

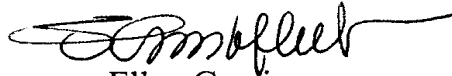
5. Mandado de segurança não conhecido.



MS 24.421 / DF**ACÓRDÃO**

Vistos, relatados e discutidos estes autos, acordam os Ministros do Supremo Tribunal Federal, sob a presidência do Ministro Maurício Corrêa, em Sessão Plenária, na conformidade da ata de julgamento e das notas taquigráficas, por maioria, não conhecer do mandado de segurança.

Brasília, 04 de março de 2004.



Ellen Gracie

-

Relatora para o acórdão

02/10/2003**PLENÁRIO****MANDADO DE SEGURANÇA 24.421-6 DISTRITO FEDERAL****RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO**

IMPETRANTE(S) : TRANSEICH ASSESSORIA E TRANSPORTES LTDA

ADVOGADO(A/S) : CRISTIANE ROMANO E OUTRO(A/S)

IMPETRADO(A/S) : PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

R E L A T Ó R I O

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) - Este mandado de segurança está dirigido contra a Decisão nº 969/2002 do Tribunal de Contas da União, que glosou processo licitatório para, sob o ângulo da permissão, vir a ser explorada estação aduaneira interior. A impetrante saiu-se, juntamente com outra empresa, vencedora na licitação. Julgaram-se irregulares o primeiro, segundo e terceiro estágios da concorrência, apontando-se a "insuficiência das informações constantes do Estudo de Viabilidade Econômica, e na previsão, em minuta de edital e de contrato, de indenização de bens ainda não amortizados ou depreciados". Foi mantida a declaração de nulidade do procedimento licitatório, excluída da motivação a alegada infração ao disposto no inciso III do artigo 21 da Lei nº 8.666/93.

Surgem como causas de pedir da impetração:

a) Inobservância do contraditório.

A impetrante somente teria tomado conhecimento do processo administrativo instaurado pelo Tribunal de Contas da União com a publicação da decisão de nulidade. Anteriormente, em maio de



2001, fora publicado o resultado da fase de classificação do procedimento, afastando-se, porque desclassificadas, todas as empresas, a partir de indicada base no artigo 21, inciso III, da Lei nº 8.666/93. O recurso administrativo então interposto não frutificou, sendo que a 1ª Vara Federal da Comarca de Rio Grande implementou tutela antecipada e, posteriormente, prolatou sentença no sentido da insubsistência do ato administrativo. Mesmo tendo sido a impetrante uma das vencedoras do procedimento licitatório, não lhe foi dado conhecimento. Cita-se a melhor doutrina sobre a matéria - Adilson Abreu Dalari, em "Aspectos Jurídicos da Licitação", no que proclamado que "não se revoga uma licitação sem a comprovada existência de justa causa, apurada em procedimento contraditório". Também é feita referência ao que decidido no Mandado de Segurança nº 23.550, por mim relatado, quando se teve como apropriado o princípio do contraditório.

b) Impossibilidade de o Tribunal de Contas da União apreciar o mérito do ato administrativo.

A declaração de nulidade não teria sido acompanhada da indicação da base legal. A esse dado, acresce-se a circunstância de não ser possível considerar como fundamentação simples instrução do Tribunal, ou seja, a Instrução Normativa nº 27/98. Transcreve-se Celso Antonio Bandeira de Melo, em relação ao que se entende como legalidade estrita.

c) Da improcedência do que assentado quanto ao estudo de viabilidade econômica.

Sustenta-se a observância da parte final do artigo 37, inciso XXI da Constituição Federal e do próprio edital veiculado. Ter-se-ia a ultrapassagem da fase de habilitação dos concorrentes, implicando o exame da matéria retroação incompatível com a sucessividade dos atos licitatórios. Argumenta-se que o § 5º do artigo 43 da Lei nº 8.666/93 estaria a obstaculizar a desclassificação, em fase posterior, por motivo relacionado com a da habilitação. A hipótese não é, segundo o sustentado, de fato superveniente ou apenas conhecido após o julgamento anterior. Menciona-se parecer no sentido da observância do edital.

d) Da indenização de bens ainda não amortizados ou depreciados.

O que decidido pelo Tribunal de Contas da União estaria alicerçado em óptica subjetiva, ou seja, a possibilidade de, cessada a permissão, vir a permissionária a alienar os bens ou destiná-los a outros objetivos. Ter-se-ia a contrariedade ao artigo 36 da Lei nº 8.987/95. O arcabouço normativo direciona à indenização. Evoca-se lição de Justen Filho sobre os parâmetros reservados à atividade a ser desenvolvida pela Administração Pública e pelo Tribunal de Contas da União.

e) Da inexistência de fraude.



Diz-se que o fato de as participantes do certame haverem contratado empresa única para elaboração dos envelopes não gera a presunção de fraude. Afirma-se que a empresa contratada fora escolhida pela impetrante ante o renome e a larga experiência no setor, tendo prestado serviços para inúmeras outras permissionárias de estações aduaneiras.

Requeru-se o deferimento de medida acauteladora, para tanto explorando-se o sinal do bom direito e o risco de manter-se com plena eficácia o quadro a desaguar na feitura de nova licitação, com prejuízo para o setor público, tendo em conta o conhecimento dos valores ofertados. Pleiteou-se a exibição do Processo de nº 011689-99-4, no prazo de dez dias, e a procedência final do pedido, desconstituindo-se a decisão que manteve a declaração de nulidade do procedimento licitatório.

Com a inicial, vieram os documentos de folha 25 a 200. À folha 204, o ministro Maurício Corrêa determinou fossem solicitadas informações, diante das quais seria apreciado o pedido de medida liminar. Aos autos veio o ofício de folha 208, mediante o qual encaminharam-se a decisão proferida e parecer da consultora jurídica substituta Isis Maria Passos Lima. Às folhas 241 e 242, o ministro Maurício Corrêa deferiu a liminar, consignando:

Parecem-me relevantes as razões de ordem jurídica suscitadas pela impetrante no que diz respeito à aparente inobservância das normas legais acima mencionadas, referentes ao direito da ampla defesa, às regras do procedimento licitatório e à garantia da indenização dos bens ainda não amortizados ou depreciados. Todas essas questões serão examinadas com


profundidade por ocasião da apreciação do mérito. Presente, ademais, o requisito do *periculum in mora*, uma vez de difícil reparação o prejuízo porventura sofrido pela impetrante, se forem abertas novas licitações com a mesma finalidade antes do julgamento do writ.

A Procuradoria Geral da República, em peça subscrita pelo Procurador-Geral Professor Claudio Fonteles, pronunciou-se no sentido da concessão da ordem, assim ementando o entendimento à folha 255:

Licitação. Irregularidades analisadas pelo TCU, Necessidade de se dar conhecimento ao licitante vencedor para oferecimento de razões e apresentação de provas. Vassalagem ao devido processo legal. Inocorrência na hipótese. Parecer pela concessão da ordem.

Em 17 de setembro de 2003, lancei visto nos autos declarando-me habilitado a votar.

É o relatório.



V O T O

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) - O ato do Tribunal de Contas da União mostra-se de concretude suficiente a indicá-lo como órgão coator. Determinou-se à Superintendência Regional da Receita Federal - 10ª Região Fiscal que mantivesse a declaração de nulidade do procedimento licitatório, glosando-se, no entanto, certa fase do ato então praticado. Fise-se, por oportuno, que o fato de haver sido mantida a pecha de nulidade não resulta na conclusão de falta de interesse da impetrante, vencedora no certame. Em última análise, o que decidido pelo Tribunal de Contas da União mostrou-se cogente, obrigando a Administração Pública. Também não procede a tese do parecer da Consultoria Jurídica do Tribunal de Contas segundo a qual o que decidido pelo órgão somente é suscetível de exame pelo Poder Judiciário quanto à verificação das formalidades legais exigidas, não sendo legítimo que se adentre no mérito das deliberações. A visão surge como extravagante, atropelando a Carta da República no que assegura ao cidadão o ingresso no Judiciário para afastar lesão a direito ou evitar que o evento ocorra. Aí, o campo de atuação que se abre é mais amplo, não estando limitado ao simples exame das formalidades exigidas para a prática do ato. A não se entender assim, ter-se-á o Tribunal de Contas com envergadura maior, ficando as decisões que profira à margem do crivo do Judiciário. As decisões proferidas pelo mencionado órgão, auxiliar

do Legislativo e que não integra o Judiciário, ficam sujeitas ao julgamento deste último. Aliás, observe-se que em se tratando de um órgão administrativo sujeita-se, quer sob o ângulo formal, quer sob o ângulo de fundo, ao princípio da legalidade estrita. Por isso é de estranhar-se a proclamação feita no parecer, aludindo-se à jurisprudência e à doutrina como a respaldá-la. Quanto ao devido processo legal, o item 35 do parecer olvida a base da articulação da inicial. Logicamente, a impetrante não veio ao Judiciário para sustentar o direito da Receita Federal de ser ouvida no processo que teve curso no Tribunal de Contas. O que restou afirmando é que, diante da situação jurídica constituída, do fato de a impetrante haver logrado êxito na licitação, incumbia ao Tribunal cientificá-la da existência do processo, o que não ocorreu na espécie, vindo a ser conhecido com a publicidade que ganhou a decisão prolatada. Vale a respeito ter presente a ementa do acórdão proferido no Mandado de Segurança nº 23.550-1, por mim relatado e do qual foi redator o ministro Sepúlveda Pertence, ante o fato de haver formado convencimento sobre a concessão da ordem em maior extensão:

I. Tribunal de Contas: competência: contratos administrativos (CF, art. 71, IX e §§ 1º e 2º). O Tribunal de Contas da União - embora não tenha poder para anular ou sustar contratos administrativos - tem competência, conforme o art. 71, IX, para determinar à autoridade administrativa que promova a anulação do contrato e, se for o caso, da licitação que se originou.

II. Tribunal de Contas: processo de representação fundado em invalidade de contrato administrativo: incidência das garantias do devido processo legal e do contraditório e ampla defesa, que impõem assegurar aos interessados, a começar do particular contratante, a ciência de sua instauração e as intervenções cabíveis. Decisão pelo TCU de um processo de representação, do que resultou injunção à autarquia para anular

licitação e o contrato já celebrado e em começo de execução com a licitante vencedora, sem que a essa sequer se desse ciência de sua instauração: nulidade. Os mais elementares corolários da garantia constitucional do contraditório e da ampla defesa são a ciência dada ao interessado da instauração do processo e a oportunidade de se manifestar e produzir ou requerer a produção de provas; de outro lado, se se impõe a garantia do devido processo legal aos procedimentos administrativos comuns, a fortiori, é irrecusável que a ela há de submeter-se o desempenho de todas as funções de controle do Tribunal de Contas, de colorido quase - jurisdicional. A incidência imediata das garantias constitucionais referidas dispensariam previsão legal expressa de audiência dos interessados; de qualquer modo, nada exclui os procedimentos do Tribunal de Contas da aplicação subsidiária da lei geral de processo administrativo federal (L. 9.784/99), que assegura aos administrados, entre outros, o direito a "ter ciência da tramitação dos processos administrativos em que tenha a condição de interessado, ter vista dos autos (art. 3º, II), formular alegações e apresentar documentos antes da decisão, os quais serão objeto de consideração pelo órgão competente". A oportunidade de defesa assegurada ao interessado há de ser prévia à decisão, não lhe suprimindo a falta a admissibilidade de recurso, mormente quando o único admissível é o de reexame pelo mesmo plenário do TCU, de que emanou a decisão.

No caso dos autos, conforme ressaltado na inicial, após a impetrante haver logrado êxito em ação declaratória de nulidade de ato administrativo, considerado o desprovimento de recurso administrativo que interpusera em face da declaração de insubsistência da primeira fase do processo licitatório, veio o Tribunal de Contas da União, sem estabelecer o mínimo de contraditório, a glosar os atos subsequentes implementados, o fazendo mediante atuação de acompanhamento de procedimento licitatório de outorga de permissão para exploração de estação aduaneira interior - EAD. Em síntese, a impetrante veio a ser alcançada em situação constituída, sem que lhe tivesse sido dado conhecimento do processo em curso no Tribunal de Contas da União e

que acabou por glosar a licitação. Conforme ressaltado na ementa do referido precedente deste Plenário, está-se diante de situação concreta em que o princípio do contraditório deveria ter sido observado para, somente então, chegar-se à declaração, ou não, de prevalência do processo licitatório. Friso, por oportuno, que a espécie não autoriza a incidência do disposto no artigo 249 do Código de Processo Civil. A uma, porque o teor está ligado à nulidade do processo jurisdicional e não do administrativo. A duas, tendo em conta a via estreita do mandado de segurança, em que a dilação probatória inexistente, decidindo-se a partir de elementos anexados à inicial, do conteúdo do ato atacado e das informações, considerado, evidentemente, o direito posto. Assim, o que asseverado quanto a outras causas de pedir, ou seja, a demonstração da viabilidade econômica e do direito à indenização uma vez interrompida a permissão, contrapõe-se o que consignado no voto do relator no Tribunal de Contas da União, a ensejar exame incompatível com as balizas estreitas da ação impetrada. Sequer cabe considerar o que previsto no artigo 43, § 5º, da Lei nº 8.666/93, a preceituar que, ultrapassada a fase de habilitação dos concorrentes (incisos I e II) e abertas as propostas (inciso III), não cabe desclassificá-los por motivo relacionado com a habilitação, salvo em razão de fatos supervenientes ou só conhecidos após o julgamento. Assim o é, tendo em conta estar o preceito direcionado à Administração Pública que implementa o processo de licitação e não à glosa do Tribunal de

Contas da União, em acompanhamento devido e, por isso mesmo, abrangente - artigo 41, inciso I, alínea "b" da Lei nº 8.443/92.

Concedo a ordem para tornar insubsistente o processo de acompanhamento implementado pelo Tribunal de Contas da União a partir do momento em que se deixou de dar ciência à impetrante, devendo ser retomado com o atendimento da formalidade que tenho como essencial e, portanto, indispensável à valia do ato, à glosa ocorrida.

É como voto na espécie.



02/10/2003

TRIBUNAL PLENO

MANDADO DE SEGURANÇA 24.421-6 DISTRITO FEDERALV O T O

O SENHOR MINISTRO CARLOS AYRES BRITTO - Senhor Presidente, tenho algumas perguntas a fazer ao eminente Relator. Ministro Marco Aurélio, segundo entendi, o licitante vencedor, o adjudicatário do objeto da licitação chegou a entrar em juízo para obter em ação declaratória?

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) - Quanto a uma fase inicial, ingressou e logrou êxito. Perdera na área administrativa. Nisso, houve o acompanhamento da licitação pelo Tribunal de Contas da União, que veio a glosar o processo inteiro, já encerrada a licitação, com proclamação da vencedora ou vencedoras, sem dar conhecimento às empresas do processo em curso.

O SENHOR MINISTRO CARLOS AYRES BRITTO - Entendo que o Tribunal de Contas da União atua de ofício. Não precisa, para exercer sua competência, da provocação de quem quer que seja.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO - (RELATOR) - É o que digo aqui. Não se aplica a ele aquela regra do processo licitatório,



MS 24.421 / DF

segundo a qual, ultrapassada uma fase, na subsequente, não se pode voltar à anterior para efetuar a glosa. A ele não se aplica. Aplica-se à Administração Pública que venha a capitanear o processo licitatório. Agora, o que salta aos olhos é o decidido pelo Tribunal de Contas, repercutindo na área patrimonial da empresa, porque fora vencedora da licitação e não tivera conhecimento desse mesmo processo.

O SENHOR MINISTRO CARLOS AYRES BRITTO - Com uma particularidade: vencedora com a comprovação em juízo pela via da ação declaratória, numa ação judicial.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) - Não. Aquela primeira ação ficou restrita a uma fase preliminar do processo licitatório.

O SENHOR MINISTRO CARLOS AYRES BRITTO - Quando se tinha, ainda, o julgamento da licitação.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) - Teve-se como irregular o processo quanto à fase subsequente.



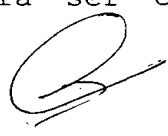
MS 24.421 / DF

O SENHOR MINISTRO CARLOS AYRES BRITTO - Como o Tribunal de Contas atua de ofício no exercício de sua competência constitucional, não se pode proibir o vencedor da licitação de ingressar no processo de contas, chamemos assim, para produzir uma defesa, argumentar como entender de direito, mas que o Tribunal não tem essa obrigação de ouvir.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) - Mas, Ministro Carlos Britto, como alguém poderá atuar sem o conhecimento da existência do processo administrativo?

O SENHOR MINISTRO CARLOS AYRES BRITTO - Uma vez proferida a decisão, o interessado, claro, teria habilitação para até recorrer da decisão. Mas não estou condicionando o julgamento do Tribunal de Contas à prévia citação do interessado.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) - Mas aí colocamos em segundo plano o devido processo administrativo. Toda vez que um processo administrativo puder alcançar uma situação constituída, o titular do direito deverá ser cientificado. É o mínimo.



MS 24.421 / DF

O SENHOR MINISTRO CARLOS AYRES BRITTO - A figura do litigante — e aí, sim, para que se invoque a proteção do devido processo legal — só ocorre *a posteriori*. Nesse primeiro momento em que o Tribunal afere da legalidade, não há necessidade. Faz parte da competência dele.

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - É preciso que, necessariamente, o Tribunal de Contas haja de decidir a respeito. Por exemplo: legalidade de pensões e aposentadorias (CF, art. 71, III). Aí eu chegaria a conceber, sem me comprometer inteiramente, mas poderia chegar a admitir que, como é um exame necessário do Tribunal de Contas, o interessado tem o ônus de acompanhar o processo e pode, então, intervir nele. Agora, no caso, não. É uma intervenção - admito que pode ser de ofício do Tribunal de Contas -, mas uma intervenção anômala, não prevista como necessária. Então, o particular não pode ser surpreendido pela decisão, sem que seja cientificado de que dela possa advir de um procedimento em curso, que desconhece, uma decisão que lhe desconstitua a posição jurídica anterior.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) - Mesmo porque o Tribunal de Contas da União não teria como acompanhar todas as licitações implementadas no País.



O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - Quando havia o registro necessário dos contratos, a questão se assimilava à da legalidade do ato das aposentadorias e pensões, que é uma fase necessária à perfeição do ato à qual - admite-se - o interessado não poderia dizer que esteve alheio nem sabia. Não, porém, como no caso, quando se cuida de uma intervenção de ofício, mas eventual.

O SENHOR MINISTRO CARLOS AYRES BRITTO - Senhor Presidente, disse que tinha algumas perguntas exatamente para me orientar e ficar em condições de votar. Pergunto ao Relator: quando o Tribunal de Contas interveio no processo, o contrato de adjudicação do objeto licitado já havia sido assinado?

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) - Teria de examinar os autos para informar Vossa Excelência, com absoluta segurança cronológica. Mas, no curso do processo, houve a licitação e a programação.

O SENHOR MINISTRO CARLOS AYRES BRITTO - Houve alguma denúncia de irregularidade para o Tribunal de Contas intervir antes de assinado o contrato?



MS 24.421 / DF

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) - Ele fez o acompanhamento.

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - Vejo no parecer uma referência a que, nas informações, o Tribunal de Contas noticia que a decisão atacada manteve a nulidade antes pronunciada pela Superintendência Regional da Receita Federal. Isso procede?

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) - É porque o Tribunal de Contas retorna ao *statu quo ante* e ignora até mesmo que, quanto àquela desclassificação das licitantes, lograram elas êxito na Justiça, transitando em julgado a decisão. Ele também aponta, como motivo da declaração de nulidade do contrato, esse vício primitivo.

O SENHOR MINISTRO CARLOS AYRES BRITTO - Então, o contrato chegou a ser assinado?

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) - Ao que tudo indica, Ministro Carlos Britto. É pacífico que o encerramento da licitação foi anterior à decisão.



MS 24.421 / DF

O SENHOR MINISTRO CARLOS AYRES BRITTO - Quero saber a que título o Tribunal de Contas interveio no processo; por que motivo ele participou desse processo.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) - Como disse no voto, é um procedimento que o Tribunal faz a partir do órgão de origem do próprio Tribunal.

O SENHOR MINISTRO CARLOS AYRES BRITTO - Sim, porque se o contrato foi assinado, compete mesmo ao Tribunal de Contas, regularmente, habitualmente, julgar a legalidade dos contratos geradores de despesas. Por isso é que estou perguntando.

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - Hoje, não mais, necessariamente.

O SENHOR MINISTRO CARLOS AYRES BRITTO - E alega, então, o impetrante que não teve uma oportunidade de se defender quanto aos motivos da nulidade do procedimento licitatório do processo.

Bem, a partir desse pressuposto, acompanho o voto de V.Exa.

Não queria deixar passar a oportunidade para fazer uma observação: quando a Constituição Federal diz que o controle externo será exercido pelo Congresso Nacional com o auxílio do Tribunal de Contas, não está emprestando à locução "com o auxílio" um sentido de



subalternidade, ou de hierarquia entre os dois órgãos; está dizendo que o controle externo não poderá ser feito senão "com o auxílio", ou seja, terá de ser feito, obrigatoriamente, com a participação do Tribunal de Contas da União. Assim como, por exemplo, o Ministério Público é órgão essencial à jurisdição, o Tribunal de Contas é órgão essencial ao controle externo. Então, não empresto a essa expressão "com o auxílio" um sentido de, digamos, inferiorização hierárquica, subalternidade dos tribunais de contas, vassalagem — para homenagear o ilustre Procurador-Geral da República.

Com essas informações prestadas, *a posteriori*, acompanho o eminente Ministro-Relator, deferindo o mandado de segurança.

* * * * *



02/10/2003

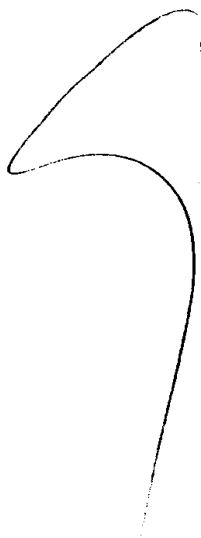
TRIBUNAL PLENO

MANDADO DE SEGURANÇA 24.421-6DISTRITO FEDERAL

V O T O

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - Sr. Presidente, ressalto a importância da aplicação do princípio do contraditório, também, aos procedimentos administrativos. Chama-me a atenção, no destaque do parecer da Procuradoria-Geral da República, a informação do TCU de que as decisões daquele tribunal seriam insuscetíveis de controle pelo Poder Judiciário - o que se revela algo, pelo menos, digno de nota.

Acompanho o Ministro-Relator, deferindo o mandado de segurança.



Supremo Tribunal Federal

02/10/2003

TRIBUNAL PLENO

MANDADO DE SEGURANCA 24.421-6 DISTRITO FEDERAL

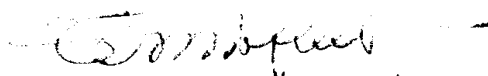
RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
IMPETRANTE(S) : TRANSEICH ASSESSORIA E TRANSPORTES LTDA
ADVOGADO(A/S) : CRISTIANE ROMANO E OUTRO(A/S)
IMPETRADO(A/S) : PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

V O T O

A Senhora Ministra Ellen Gracie - : Sr. Presidente, apesar da impropriedade da expressão contida, ao que parece, nas informações da autoridade coatora, preocupam-me as repercussões, com relação à prestação do serviço público de movimentação e armazenagem no Porto de Rio Grande. É uma licitação que já foi concluída. Essa empresa, eventualmente vencedora, já está prestando os serviços; uma empresa que, anteriormente, havia sido desclassificada, ou coisa parecida, vem novamente a juízo para reivindicar a execução desse trabalho.

Portanto, não me sinto em condições, desde já, de proferir meu voto.

Peço vista.



PLENÁRIO**EXTRATO DE ATA****MANDADO DE SEGURANÇA 24.421-6**

PROCED.: DISTRITO FEDERAL

RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO

IMPTE.(S): TRANSEICH ASSESSORIA E TRANSPORTES LTDA

ADV.(A/S): CRISTIANE ROMANO E OUTRO(A/S)

IMPDO.(A/S): PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Decisão: Após os votos dos Senhores Ministros Marco Aurélio, Relator, Joaquim Barbosa, Carlos Britto, Cezar Peluso e Gilmar Mendes, que deferiam o mandado de segurança, pediu vista dos autos a Senhora Ministra Ellen Gracie. Presidência do Senhor Ministro Maurício Corrêa. Plenário, 02.10.2003

Presidência do Senhor Ministro Maurício Corrêa. Presentes à sessão os Senhores Ministros Sepúlveda Pertence, Celso de Mello, Carlos Velloso, Marco Aurélio, Nelson Jobim, Ellen Gracie, Gilmar Mendes, Cezar Peluso, Carlos Britto e Joaquim Barbosa.

Procurador-Geral da República, Dr. Cláudio Lemos Fonteles.

-b1


Luiz Tomimatsu
Coordenador

MANDADO DE SEGURANÇA 24.421-6 DISTRITO FEDERAL

RELATOR : MIN. MARCO AURÉLIO
IMPETRANTE(S) : TRANSEICH ASSESSORIA E TRANSPORTES LTDA
ADVOGADO(A/S) : CRISTIANE ROMANO E OUTRO(A/S)
IMPETRADO(A/S) : PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

VOTO VISTA

A Senhora Ministra Ellen Gracie – : Sr. Presidente,

1. Pedi vista destes autos após o voto do E. Relator, Min. Marco Aurélio que, acompanhado pelos Min. Joaquim Barbosa, Carlos Britto, Cezar Peluso e Gilmar Mendes deferia a segurança sob o fundamento de que a Corte de Contas não teria observado o princípio do contraditório, olvidando situação jurídica constituída, sem sequer ter dado conhecimento à impetrante da tramitação do procedimento no referido tribunal. Invocou-se o precedente contido no Mandado de Segurança nº 23.550, Redator para o acórdão o E. Ministro Sepúlveda Pertence.

2. O processo é veículo para se alcançar uma finalidade. No caso, o que a impetrante deseja obter é o afastamento da decretação de nulidade de um procedimento licitatório, seu prosseguimento e conclusão (ver pedido a f. 23/24). Quando, porém, o objetivo que se busca alcançar não é viável, forçosa se torna a aplicação do inciso VI, do artigo 267 do Código de Processo Civil. Por ausência de uma das condições da ação, a saber, sua possibilidade jurídica, preliminar de caráter absoluto (cujo exame antecede ao da ilegitimidade passiva *ad causam* – Supremo Tribunal Federal TRJ 135/70), tem-se necessariamente a extinção do processo sem julgamento de mérito.

O procedimento licitatório em questão diz respeito à outorga de permissão para exploração de Estação Aduaneira Interior no Estado do Rio Grande do Sul. Tal concurso foi abortado em sua segunda fase, a fase de classificação de propostas, por atos de autoridades do Ministério da Fazenda/Receita Federal (sucessivamente, Comissão Especial de Licitação, Superintendência Regional e Secretaria Geral). A atuação do Tribunal de Contas da União, que é aqui apontado como o ato coator que atrai a competência desta Corte, corresponde tão somente à

fiscalização de acompanhamento que se desenvolve incidentalmente ao procedimento licitatório. Não tal fiscalização é autônoma, nem teve ela a força paralisante que lhe atribui a impetrante. Não fez por estancar o certame. Este já fora nulificado pelas autoridades fazendárias, tanto assim é que o ato do Tribunal de Contas da União tão somente **ratifica** declaração de nulidade previamente emitida.

Por isso mesmo, ainda que esta Corte deferisse a segurança – assim como encaminha o voto do E. Relator – nem assim, o objetivo pretendido pela impetrante seria alcançado. Mesmo que se elimine o ato do Tribunal de Contas da União permanecerá a decretação de nulidade proferida pela unidade gestora e chancelada pela Secretaria da Receita Federal a qual a Corte de Contas, volto a frisar, tão somente **ratificou**. A ter seguimento, portanto, o presente feito resultaria em provimento inútil, vazio de qualquer consequência prática o que agride o senso jurídico e descaracteriza a natureza instrumental do processo.

O impedimento que está na base da pretensão da impetrante – vale dizer, a declaração de nulidade da licitação pelas autoridades fazendárias – este, encontra-se sub-judice nos autos da Ação Ordinária nº 2001.71.01.002051-0, ajuizada perante a Comarca de Rio Grande (onde a impetrante figura como litisconsorte ativa), ora em nível de reexame perante o TRF/4ª. Ou seja, a anulação da licitação por ato da Secretaria da Receita Federal não foi atacada por mandado de segurança, mas via ação ordinária, onde foi deferida tutela antecipada, posteriormente suspensa – dada sua natureza claramente satisfativa – pelo TRF/ª. Colateralmente, impetrou-se este Mandado de Segurança, como se o ato que estancou o processo licitatório e teria agredido eventual direito da impetrante fosse o do Tribunal de Contas da União. Como se viu, não o é.

Para melhor aclarar as circunstâncias desse gênero de fiscalização incidente procedido pelo Tribunal de Contas da União imaginemos a hipótese pelo inverso: Se as autoridades fazendárias houvessem dado curso à licitação e os auditores do Tribunal de Contas localizassem irregularidades, ainda assim, não caberia àquela Corte anular o certame, mas, tão somente, comunicar suas conclusões à autoridade administrativa, recomendando-lhe a adoção do procedimento corretivo, sob as penas de responsabilidade pessoal a que se sujeitam todos quantos assumem posição de gestores do dinheiro público.

Inteiramente diversa é a hipótese enfrentada no Mandado de Segurança nº 23.550 trazido à colação, onde, não somente uma licitação havia sido levada a cabo, como também firmado o correspondente contrato administrativo, sem

que as autoridades gestoras se apercebessem de qualquer irregularidade. A fiscalização, *a posteriori*, da Corte de Contas, reavaliando o procedimento, detectou falhas que reputou graves a ponto de determinar fossem adotadas as providências necessárias à anulação da concorrência e do contrato dela decorrente. Tal determinação, posta em prática imediatamente pela autarquia em questão resultou na súbita interrupção da execução contratual. Nesta circunstância, porque se encontrava presente direito formado, não em formação, a Corte entendeu – com toda a correção – que à parte interessada deveriam necessariamente ser asseguradas as garantias do devido processo.

Todavia, a impetrante, que surpreendentemente se apresenta como vencedora de licitação, sequer teve sua proposta classificada para o certame, pois a Comissão de Licitação face ao evidente conluio entre as concorrentes (caracterizado por propostas quase idênticas) optou pela desclassificação de **todas** as propostas. O máximo que se lhe pode conceder, portanto, é que ela estaria habilitada, juntamente com seis outras empresas, para uma licitação (1ª fase). Licitação esta da qual a administração pública pode, a qualquer momento desistir (critério exclusivo de conveniência e oportunidade) sem que daí advenha a eventuais concorrentes qualquer direito, muito menos líquido e certo.

Quanto à desclassificação das propostas é esclarecedor o que se lê a f. 229 dos autos (relatório da decisão do Tribunal de Contas da União): *“Dando prosseguimento ao certame informa aquela Superintendência que a abertura dos envelopes contendo os documentos de classificação das licitantes habilitadas, em número de sete, ocorreu no dia 17.10.00 e do exame das propostas a Comissão em 02.0401, em decorrência de ter constatado fortes semelhanças nos documentos apresentados por seis licitantes, possuírem propostas com a mesma formatação, apresentarem metodologia de cálculos exatamente iguais, apresentação de cálculos de custos de conservação e anual com as mesmas estimativas, e ainda, todas as sete concorrentes terem infringido o item 3.3.2 do edital por cotarem tarifas em valores irrisórios ou simbólicos comprometendo a exequiabilidade das propostas; e finalmente em decorrência de outras razões menos expressivas alinhadas em seu relatório decidiu, por unanimidade, julgar desclassificadas todas as licitantes.”*

Esta deliberação da Comissão Especial de Licitação foi endossada pela Superintendência da Receita Federal e ensejou recurso improvido pelo Secretário da Receita Federal (f. 162) por decisão publicada no DOU de 21.09.01 (f. 164). A partir desta data fluiu *in albis* o prazo para interposição de mandado de segurança contra o ato que efetivamente interrompeu o processo licitatório. Não tem qualquer

cabimento a tentativa de erigir o ato do Tribunal de Contas da União que **manteve a declaração de nulidade do procedimento licitatório**, em ato coator a ensejar a propositura de novo mandado de segurança substitutivo daquele não interposto a tempo e modo.

3. Por essas razões, rogando vênias ao eminente Relator, dele divirjo para não conhecer do presente mandado de segurança.



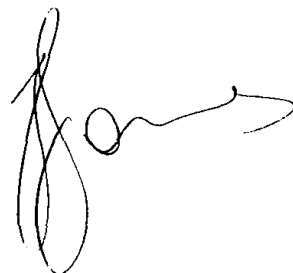
25.03.2004

TRIBUNAL PLENO

MANDADO DE SEGURANÇA 24.421-6 DISTRITO FEDERALV O T O

(RETIFICAÇÃO)

O SENHOR MINISTRO JOAQUIM BARBOSA: Sr. Presidente, não tenho nenhuma hesitação em reformular meu voto, pedindo vênica ao ministro Marco Aurélio, diante dos novos dados trazidos pela ministra Ellen Gracie, razão por que a acompanho.



25/03/2004

TRIBUNAL PLENO

MANDADO DE SEGURANÇA 24.421-6 DISTRITO FEDERAL

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) - Senhor Presidente, apenas para me pronunciar, como relator, sobre o prejuízo aventado pela ministra Ellen Gracie. No voto que proferi, consignei que, no caso, o Tribunal de Contas acabou, nessa área do controle do acompanhamento da licitação, por emitir uma ordem e disse então (folha 6):

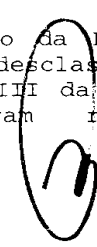
"O ato do Tribunal de Contas da União mostra-se de concretude suficiente a indicá-lo como órgão coator. Determinou-se à Superintendência Regional da Receita Federal - 10ª Região Fiscal que mantivesse a declaração de nulidade do procedimento licitatório...."

Como poderia o Tribunal de Contas, no acompanhamento desse procedimento licitatório, assentar algo diverso, diametralmente oposto? Por isso, entendo que não houve a perda de objeto. Ao exercer a glosa, o Tribunal de Contas não observou o contraditório.

O SENHOR MINISTRO NELSON JOBIM - A hipótese que tratamos no caso de Sepúlveda Pertence, era distinta.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) - Na inicial, veio o relatório:

"Em 04.5.2001, foi publicado o resultado da Fase de Classificação do procedimento que culminou por desclassificar todas as empresas com fulcro no art. 21, inciso III da Lei nº 8.666/93, momento em que estas promoveram recursos



administrativos na forma do art. 109, inciso I do mesmo Diploma Legal, sendo a todos negado provimento.

Em 29.10.2001, em razão da negativa de provimento aos recursos administrativos noticiados no parágrafo anterior, pelas cinco empresas licitantes devidamente habilitadas foi ajuizada uma ação declaratória de nulidade do ato administrativo, obtendo-se, junto à 1ª Vara Federal da Comarca de Rio Grande, a antecipação de tutela no sentido de suspender-se os efeitos da decisão que as desclassificara até o julgamento do feito, o que ocorreu em 2002 mediante publicação de sentença de procedência."

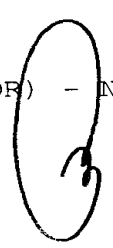
A SRª MINSITRA ELLEN GRACIE - Ministro Marco Aurélio, apenas a omissão que a inicial faz, de que esse provimento precário inicial foi suspenso, dada a sua característica, pelo tribunal.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) - Depois houve a procedência, como está consignado na inicial, do pedido e, portanto, o julgamento de fundo da ação:

"Ocorre que, paralelo aos referidos processos administrativo e judicial e sem qualquer notificação à empresa impetrante," - e é esse o ato atacado no *mandamus* - "promoveu o Tribunal de Contas da União, por iniciativa da SECEX/RS - Secretaria, em 03/09/99, nos termos dos artigos 70 e 71 da Constituição Federal e dos arts. 3º, 5º e 41 da Lei nº 8.443/92, o acompanhamento e fiscalização dos estágios licitatórios, decidindo, ao final, pela nulidade do procedimento com pretensão amparo nos fundamentos anteriormente já noticiados [...]" - ou seja, acompanhando a licitação, os três estágios, analisando os três estágios, o Tribunal de Contas da União veio a glosar a licitação, sem observância do contraditório.

O SENHOR MINISTRO NELSON JOBIM - Não. Ele manteve a decisão tomada da Superintendência.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) - Não. Aí é que está o problema. Ele determinou.



A SR^a MINSITRA ELLEN GRACIE - Não. Ele ratifica, Ministro Marco Aurélio. Ele determina a manutenção. Determinar a manutenção é ratificar.

O SENHOR MINISTRO NELSON JOBIM - É lógico. Ele ratificou.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) - Senhor Presidente, concluindo, para não tomar mais o tempo do Colegiado, peço vênha à ministra Ellen Gracie, que teve vista do processo, para manter o voto que proferi e que assenta a persistência do interesse na impetração, ou a existência à época e persistência.

Obs.: Texto sem revisão do Exmo. Sr. Ministro Nelson Jobim (§ 4º do artigo 96 do RISTF)

25/03/2004**TRIBUNAL PLENO****MANDADO DE SEGURANÇA 24.421-6****DISTRITO FEDERAL**

À revisão de apartes dos Srs. Ministros Marco Aurélio (Relator), Sepúlveda Pertence, Nelson Jobim, Ellen Gracie e Carlos Velloso.

RETIFICAÇÃO DE VOTO

O SR. MINISTRO CEZAR PELUSO - Sr. Presidente, gostaria que o eminente Relator me esclarecesse: a eminente Ministra Ellen Gracie disse que o ato ratificado pelo Tribunal de Contas da União seria objeto de uma ação de desconstituição em que a impetrante é litisconsorte ativa, ou seja, o ato ratificado está tendo sua validade controvertida e discutida num outro processo. ✓

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) - Não, é o ato primeiro, é o que veio, posteriormente, a ser ratificado com a determinação do Tribunal de Contas.


O SR. MINISTRO CEZAR PELUSO - Então, é o ato que anulou. ✓

MS 24.421 / DF

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - Isso impede o controle jurisdicional deste ato?

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) - Acho que não impede, caso contrário será proclamar a inocuidade do pronunciamento do Tribunal de Contas.

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - O fato de o Tribunal de Contas ter julgado legal um ato administrativo impede que, em ação ordinária, se continue questionando sua legalidade?

O SR. MINISTRO CEZAR PELUSO - Não, mas a pendência do processo da ação ordinária é importante para aferir o interesse na propositura do mandato de segurança. Se a validade do ato já está sendo discutida perante outra Corte, embora noutro remédio jurídico, para que o mandato de segurança? 


O SENHOR MINISTRO NELSON JOBIM - O objetivo é outro.

MS 24.421 / DF


O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - É uma ação ordinária contra a União ou contra ...

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) - A ação declaratória de nulidade impugna o pronunciamento da superintendência regional, o que, posteriormente, veio a ser ratificado pelo Tribunal de Contas. Por isso entendo que não há a perda de objeto.

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - Mas essa aprovação do Tribunal de Contas, salvo nos casos de registro obrigatório - o exemplo clássico é o das aposentadorias e pensões - nada acrescenta ao ato, quanto à sua validade.

O SR. MINISTRO CEZAR PELUSO - É o que eu ia observar: salvo quando determine a anulação. Não é o caso, porém. 

O SENHOR MINISTRO NELSON JOBIM - Ele só se manifestou sobre aquilo que estava anulado.

O SR. MINISTRO CEZAR PELUSO - Acho que não lhe acrescentou nada em termos de eficácia. 

MS 24.421 / DF

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) - A minha óptica é que, como o Tribunal de Contas da União poderia ter retirado do mundo jurídico...

O SENHOR MINISTRO NELSON JOBIM - Não retirou, foram eles que retiraram, quem tirou foi o outro.

O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) - O credenciamento da Superintendência, e declarou-se a insubsistência dos três estágios da licitação. Portanto, não há a perda de objeto.

A SENHORA MINISTRA ELLEN GRACIE - Dois estágios, não chegou ao terceiro, no segundo foi abortado. O primeiro estágio é de qualificação das empresas; o segundo estágio é de classificação das propostas.


O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) - Não há divergência quanto a fatos.

O SR. MINISTRO CARLOS VELLOSO - Foram todas desclassificadas.

MS 24.421 / DF

O SENHOR MINISTRO NELSON JOBIM - Porque havia fraude.

O SR. MINISTRO CEZAR PELUSO - Sr. Presidente, vou pedir vênua ao eminente Ministro-Relator, porque, na verdade, o ato já está sendo atacado, e o pronunciamento do Tribunal de Contas não lhe acrescentou nada em termos de eficácia, porque, no exercício da atividade de fiscalização, não encontrou nenhuma ilicitude. Simplesmente decidiu que não havia ilicitude no ato da Superintendência. De modo que, se o ato da Superintendência cair, cairá, evidentemente, o ato do Tribunal de Contas, porque este não trouxe nada àquele em termos de eficácia jurídica.

Com o devido respeito, não vejo interesse processual. 


O SENHOR MINISTRO MARCO AURÉLIO (RELATOR) - Senhor Presidente, apenas para esclarecer ao Plenário que concedo a ordem nos seguintes termos: para tornar insubsistente o processo de acompanhamento implementado pelo Tribunal de Contas da União a partir do momento em que se deixou de dar ciência à impetrante, devendo ser retomado com

MS 24.421 / DF

atendimento da formalidade que tenho como essencial, e, portanto, indispensável à valia do ato a glosa ocorrida.

Agora, a minha premissa - e aí há divergência, considerado o entendimento dos Colegas - é que houve uma glosa do Tribunal de contas da União, porque, caso contrário, não teríamos objeto quanto à impetração. A nossa divergência está aí.

O SR. MINISTRO CEZAR PELUSO - Sr. Presidente, continuo não vendo, no ato do Tribunal de Contas da União, ofensa a direito líquido e certo, nem necessidade de recurso ao mandado de segurança.

Com o devido respeito, acompanho o voto dissidente da eminente Ministra Ellen Gracie. 

25/03/2004

TRIBUNAL PLENO

MANDADO DE SEGURANÇA 24.421-6DISTRITO FEDERAL

RETIFICAÇÃO DE VOTO

O SENHOR MINISTRO GILMAR MENDES - Sr. Presidente, também vou reformular o meu voto para acompanhar a manifestação da Ministra Ellen Gracie, pedindo vênica ao Ministro Marco Aurélio.



Supremo Tribunal Federal

25/03/2004

TRIBUNAL PLENO

MANDADO DE SEGURANÇA 24.421-6 DISTRITO FEDERALV O T O

O Sr. Ministro **CARLOS VELLOSO**: - Sr. Presidente, leio no memorial que nos foi encaminhado pelo Presidente do Tribunal de Contas:

"Aberta a licitação em 12 de abril de 2000, passada a fase de habilitação e quando do julgamento das propostas, decidiu a Comissão de Licitação, em 02 de maio de 2.001, desclassificar todas as licitantes, dada a semelhança nas propostas de seis das concorrentes e outras faltas nelas existentes, abrindo-se prazo para recursos. Utilizada a faculdade pelos licitantes e submetidas as peças recursais ao parecer jurídico, retornou o processo à Comissão Especial de Licitação, que propôs, em 20 de junho de 2001, a nulidade do processo de licitação por vício de publicidade do edital e sua concomitante revogação por interesse público, já que nova formatação de licitar teria sido aprovada em 12 de junho de 2001 pelo Secretário da Receita Federal.

Do fato foram comunicados todos os licitantes, abrindo-se-lhes o contraditório novamente por eles exercido.

Devidamente analisados e não acolhidos os recursos, restou mantida pelo titular da SRF, Secretaria da Receita Federal, em despacho de 19 de setembro de 2001, a decisão de revogação atacada."



O Sr. Ministro **MARCO AURÉLIO** (Relator): - No âmbito administrativo *stricto sensu*. Depois, vem a decisão do Tribunal de Contas da União, porque este Tribunal não seria competente nem para julgar o mandado de segurança contra ato do secretário da Receita Federal.

O Sr. Ministro **CARLOS VELLOSO**: - Depois de todo esse contraditório, a questão foi submetida ao Tribunal de Contas, que simplesmente a ratificou.

Também vou pedir vênias ao eminente Ministro Marco Aurélio para acompanhar a dissidência inaugurada pela Ministra Ellen Gracie.



25/03/2004

TRIBUNAL PLENO

MANDADO DE SEGURANÇA 24.421-6 DISTRITO FEDERALV O T O

O SENHOR MINISTRO SEPÚLVEDA PERTENCE - Sr. Presidente - como adiantei em aparte - parece-me que o ato do Tribunal de Contas simplesmente, dele tomando conhecimento, considera legal um ato da administração ativa: nada lhe acrescenta - salvo, e na órbita administrativa, quando se trate daqueles atos que só se aperfeiçoam quando registrados ou aprovados pelo Tribunal de Contas. Ai, incide a Súmula nº 6; mas mesmo nela se deixa expresso que esse efeito se esgota na órbita da administração.

Diz o assento:

"6. A REVOGAÇÃO OU ANULAÇÃO, PELO PODER EXECUTIVO, DE APOSENTADORIA OU QUALQUER OUTRO ATO APROVADO PELO TRIBUNAL DE CONTAS, NÃO PRODUZ EFEITOS ANTES DE APROVADA POR AQUELE TRIBUNAL, RESSALVADA A COMPETÊNCIA REVISORA DO JUDICIÁRIO."


Ora, no caso, não se tem ato submetido a registro necessário do Tribunal de Contas; tem-se apenas um ato da administração que o tribunal, na sua competência genérica de inspeção de legalidade da administração, considerou legal, nada lhe acrescentando à eficácia de um ato administrativo comum, e que, como tal, pode ser questionado em juízo tanto mais quanto ficou



esclarecido não se tratar de mandado de segurança, que, em tese, poderia gerar problemas processuais de competência. Trata-se de uma ação ordinária contra a União, na qual, obviamente, a desconstituição do ato administrativo simplesmente tornará sem objeto qualquer pronunciamento que a respeito tenha emitido o Tribunal de Contas.

Por isso, peço todas as vênias ao eminente Relator e acompanho o voto da Ministra Ellen Gracie.

CR/

A handwritten signature in black ink, appearing to be 'J. M. 1' with a long horizontal stroke extending to the right.

PLENÁRIO**EXTRATO DE ATA****MANDADO DE SEGURANÇA 24.421-6**

PROCED.: DISTRITO FEDERAL

RELATOR ORIGINÁRIO : MIN. MARCO AURÉLIO

RELATORA PARA O ACÓRDÃO : MIN. ELLEN GRACIE

IMPTE.(S): TRANSEICH ASSESSORIA E TRANSPORTES LTDA

ADV.(A/S): CRISTIANE ROMANO E OUTRO(A/S)

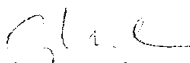
IMPDO.(A/S): PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE CONTAS DA UNIÃO

Decisão: Após os votos dos Senhores Ministros Marco Aurélio, Relator, Joaquim Barbosa, Carlos Britto, Cezar Peluso e Gilmar Mendes, que deferiam o mandado de segurança, pediu vista dos autos a Senhora Ministra Ellen Gracie. Presidência do Senhor Ministro Maurício Corrêa. Plenário, 02.10.2003

Decisão: O Tribunal, por maioria, não conheceu do mandado de segurança, vencidos os Senhores Ministros Marco Aurélio, Relator, e Carlos Britto, que conheciam e deferiam a segurança. Retificaram os votos proferidos anteriormente os Senhores Ministros Joaquim Barbosa, Cezar Peluso e Gilmar Mendes. Ausente, justificadamente, o Senhor Ministro Carlos Britto que proferira voto anteriormente. Presidiu o julgamento o Senhor Ministro Maurício Corrêa. Plenário, 25.03.2004.

Presidência do Senhor Ministro Maurício Corrêa. Presentes à sessão os Senhores Ministros Sepúlveda Pertence, Celso de Mello, Carlos Velloso, Marco Aurélio, Nelson Jobim, Ellen Gracie, Gilmar Mendes, Cezar Peluso e Joaquim Barbosa.

Procurador-Geral da República, Dr. Antônio Fernando Barros e Silva de Souza, Vice-Procurador Geral.


Luiz Tomimatsu
Coordenador